

InterAcción y Perspectiv

Revista de Trabajo Social

ISSN 2244-808X
D.L. pp 201002Z43506

Julio-Diciembre 2020
Vol. 10 No. 2



Universidad del Zulia
Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas
Centro de Investigaciones en Trabajo Social

Interacción y Perspectiva
Revista de Trabajo Social
Vol. 10 N° 2 pp. 165-170
Julio-diciembre

Dep. Legal ppi 201002Z43506
ISSN 2244-808X
Copyright © 2020

RECENSIONES

ENRIQUE PASTOR
SELLER Y EDUARDO
JORGE LOPES DA
SILVA. (COORDS.)
(2020). MINORIAS
NO BRASIL E NA
ESPANHA: ATORES,
DESAFIOS E
POLÍTICAS.
EDITORA UFPB 202
PP. ISBN: 978-85-
237-1519-9



Maria Fernanda dos Santos Alencar¹ Waldênia Leão de Carvalho²

O livro *Minorias no Brasil e na Espanha: atores, desafios e políticas*, organizado por Enrique Pastor Seller e Eduardo Jorge Lopes da Silva, professores e estudiosos do campo educacional de seus países, Espanha e Brasil, reúne artigos de pesquisadores brasileiros e espanhóis. Organizado em três partes, trata de temáticas educacionais atuais e importantes no contexto social dos dois países, propondo-se a dar voz aos grupos e sujeitos excluídos por sua condição de minoria ou diferença,

¹ Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Brasil

² Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Brasil

É uma publicação que abrange reflexões e problemáticas que surgem de inquietações, principalmente, sobre a relação entre a educação, a diversidade, a diferença, a desigualdade e a exclusão nos processos educacionais e no âmbito sócio-político-econômico-cultural. Possibilita, como resultado de investigação acadêmica, a articulação dos países envolvidos, tendo como objetivo a ampliação do debate e a socialização dos resultados de pesquisas, contribuindo dessa forma para a produção do conhecimento sobre a educação básica, o ensino superior, qualificação profissional e práticas educativas comunitárias nos diferentes espaços de aprendizagens e de convivência social.

Nossa intenção não é descrever o sucesso educacional da publicação, os próprios artigos já fariam por si mesmos. A obra, numa linguagem clara e didática, nos desafia a rever conceitos, concepções e vivências, práticas pedagógicas diversas e conflitantes. Nesse sentido, estimula a produção do conhecimento entre instituições e pesquisadores, permite o contato entre autores, realidades, problemáticas, metodologias, modelos conceituais, num esforço coletivo de contribuir para o conhecimento educacional global em "defesa e luta por uma sociedade mais inclusiva para todos/as cidadãos/ãs planetários (p. 7), conforme afirmam os organizadores.

Do ponto de vista da ação política, consideramos que o livro contribui no debate da inclusão da população historicamente excluída, seja pela sua condição educacional, analfabetismo ou baixa escolaridade, seja pela condição de minoria, caracterizado pelo gênero, sexualidade ou etnia. Aponta as lutas pelo direito a ser quem é, ser respeitado(a), ter direito ao processo de escolarização e à participação nas decisões das políticas públicas sociais e educacionais na perspectiva da constituição da cidadania.

A primeira parte do livro se organiza em torno do tema Educação, gênero e sexualidade. Apresenta seis artigos cujos autores, brasileiros e espanhóis, se debruçam sobre as temáticas e apresentam suas produções sob a perspectiva da identidade, da luta e dos processos de formação, caminhos que se cruzam na afirmação de si mesmo e do outro.

O primeiro artigo, La identidad de género en España: derechos y perspectiva autonómica, os autores Hernando C. Gómez Prada, Enrique Pastor Seller e Blas José Martínez Gallardo, discutem a questão da identidade de gênero sob a perspectiva do direito, apresentando a legislação como instrumento de consagração dos direitos sociais. Fazem uma historiografia da legislação pertinente a população LGTBI de 1933 a 2018, objetivando refletir que a legislação tem uma função social, o de fazer com que grupos, identidades e gêneros excluídos, que passam por discriminação, repressão e criminalização, resultados de períodos históricos autoritários, como foi o da era Franco, possam se encontrar em situações de inclusão, igualdade e descriminalização no atual período democrático.

No segundo texto, os autores Jerry Adriani da Silva e Leôncio Soares, no artigo Homofobia: uma Pedra no Caminho da Efetivação do Direito à Educação de Jovens e Adultos discutem a inclusão escolar de pessoas LGBTQs na modalidade Educação de

Jovens e Adultos, expondo como desafio uma vez que “temáticas relacionadas à diversidade sexual ainda são marginais, também na academia” (p. 28). Nessa mesma discussão segue o terceiro artigo. Com o título: Os Preconceitos contra a População LGBT na Educação de Jovens e Adultos, dos autores Eduardo Jorge Lopes da Silva, Gessica Maria Silva de Lima e Taízze Nascimento Melchiades. O texto aborda sobre as formas de preconceitos direcionadas à população LGBT no ambiente escolar, entre os educandos da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os dois artigos se alinham na análise de que a homofobia se apresenta como impedimento à inclusão da população LGBT’s nos espaços escolares e outros, cujos “motivos são vários, seja pelo discurso da condenação bíblica, seja pelo fato de não aceitar orientações que não se alinhem com o padrão heteronormativo, seja porque ainda se faz presente na sociedade a herança da intolerância e do preconceito contra a diferença (p.43).

Na continuação do debate, o terceiro artigo Víctimas de Trata de Seres Humanos con Fines de Explotación Sexual: Un Análisis de su Situación de Esclavitud, os professores espanhóis apresentam um tema que ainda carece de debate na comunidade internacional, a exploração sexual. Os explorados sexualmente estão inseridos nos grupos que já sofrem exclusão social, cultural e de gênero. Os autores destacam, na exploração de mulheres e crianças vítimas de tráfego sexual, a participação de grupos internacionais que se utilizam de promessas falsas como melhoria da condição de vida para criar falsas esperanças. O trabalho de reconstrução da vida e da identidade é o caminho para amenizar os efeitos sociais, psíquicos e corporais que mulheres e crianças são vítimas. O texto destaca o trabalho da Asociación para la Prevención, Reinserción y Atención a la Mujer Prostituida – APRAMP, que desenvolve uma metodologia de atenção integral e especializada buscando evitar que as vítimas voltem a ser exploradas.

O quarto capítulo que traz como título: Transversalidade de gênero e o currículo: contribuições para a formação de identidades e o reconhecimento social de jovens e adultos do CCHSA – UFPB, faz uma análise sobre a identidade de gênero e sua abordagem nos currículos dos cursos do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e do Colégio agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) e seu trato com a identidade de gênero. Para as autoras brasileiras “identidade de gênero não é um tema incluído nos currículos da escola (CAVN) nem da universidade (CCHSA – UFPB), uma vez que diretores, coordenadores pedagógicos e docentes, afirmam sua ausência” (p.92). Destacam a existência de ações desenvolvidas de forma individual por professores e estudantes; entretando, salientam que essas ações deveriam ser desenvolvidas em articulação, de modo a permitir o trabalho e mudança coletiva.

Nesta mesma direção, Jeane Felix, Ana Carolina Alves de Lima e Lidiane Pinheiro Ferreira, no capítulo cinco, Gênero e sexualidade na Formação Inicial: O Que Pensam Estudantes da UFPB? Explicam que as questões de gênero e sexualidade foram inseridas, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pelo Ministério da Educação, em 1998, no currículo escolar brasileiro e nos programas e projetos voltados ao tema na década de 90 para ser tratado como tema transversal como

outros temas nos currículos das escolas de educação básica do país, como: sexualidade, gênero e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), saúde e meio ambiente. Hoje, em decorrência de mudança de orientação nas políticas públicas, tem sido questionado o estudo dessas temáticas e até desvalorizadas do ponto de vista pedagógico e de formação humana. As autoras situam que, conforme resultados de suas pesquisa, há uma compreensão por parte dos estudantes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia do campo e Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba sobre os conceitos de gênero, sexualidade e diversidade, mas não conseguem ultrapassar do processo de reflexão a ação.

Educação Étnico-racial é a segunda parte que agrupa dois artigos de pesquisadores brasileiros. Ambos tratam a etnia como elemento de relação entre o sujeito, seu lugar, sua origem e sua luta. O foco na escola e seus desdobramentos na vida da comunidade reafirmam a relação do espaço formativo da escola e seu diálogo com a comunidade que está inserida. Revelando as práticas que compõem o modo de ser indivíduo e sujeito.

O artigo, *Relação entre a comunidade quilombola e a escola: percepção da liderança da comunidade quilombola do sambaquim-Panelas/Pernambuco*, de autoria de Marta Maria da Silva Gomes e Maria Fernanda dos Santos Alencar, descreve a realidade de resistência e de luta da população quilombola pelo direito a existência como cidadãos. Excluídos socialmente foram silenciados e marginalizados das políticas públicas, tendo apenas em 1988, na Constituição Federal Brasileira, Artigo 68, o direito à terra. As autoras apontam o papel da Educação Escolar Quilombola como lugar de direito e cidadania daqueles que estão a reafirmar seu pertencimento étnico. A partir de pesquisa realizada na Comunidade Quilombola do Sambaquim/Panelas/Peranmbuco, situam o papel da escola como território de resistência, identidade e cidadania, mas para isso há a necessidade de diálogo entre a escola e a comunidade quilombola.

O segundo artigo nomeado o enfrentamento do racismo na extensão universitária e nas práticas pedagógicas de professores/as da educação básica, destaca a implementação nos currículos escolares brasileiros dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana a partir da promulgação da lei 10639/2003. Apontam que essa legislação possibilitou abertura aos/às professores/as desenvolver, na escola, práticas de enfrentamento e combate ao racismo. Destaca que as práticas pedagógicas na perspectiva da história e cultura afro-brasileira e africana, quando tratadas em ações isoladas, não são suficientes para se afirmar práticas de enfrentamento e combate ao racismo; contudo, a escola precisa ser espaço de empoderamento e enfrentamento às formas de opressão do sujeito.

A terceira parte do livro "Educação e Inclusão Social" traz discussões sobre inclusão, exclusão, desigualdade social e direito humano. São categorias analíticas que, sob o olhar dos pesquisadores, num diálogo entre áreas da educação, saúde e políticas públicas, apontam as questões sócio-político-econômicas procurando

contextualizar as situações de atendimento a grupos específicos de pessoas e suas situações no Brasil e na Espanha.

Neste sentido, temos quatro artigos. O primeiro A inclusão social da pessoa com deficiência no contexto brasileiro: críticas e perspectivas, de professoras brasileiras, trata da inclusão social da pessoa com deficiência no contexto brasileiro, apontando que a inclusão nas políticas públicas se configura "desde objeto de caridade à sujeitos de direitos"(p. 141), analisando a partir dessa afirmação, as contradições existentes na relação inclusão/exclusão na luta das pessoas com deficiência por direito e cidadania.

Os três artigos seguintes são de pesquisadores espanhóis. O artigo Gran recesión y sinhogarismo: trayectorias de exclusión social en la ciudad de Madrid, de Iria Noa de la Fuente Roldán Esteban Sánchez Morenoversa sobre a exclusão e a desigualdade social, no contexto espanhol. Os autores consideram que esse processo atinge parte da população espanhola em decorrência da crise econômica, enfrentada no país pós 2008, desencadeando processos sócio-estruturais que marcam o desemprego, a precariedade, a pobreza, a instabilidade e o trabalho atípico como constitutivos das biografias de exclusão, alimentados pelo mercado de trabalho precário e o enfraquecimento do Estado de bem-estar.

O terceiro artigo, Los planes locales de integración de inmigrantes como buenas prácticas de inserción de las personas migrantes: el caso Del Alto Turia (La Serranía, Valencia, España), aborda o impacto da desestruturação das políticas de atendimento aos imigrantes, fator que favorece um modelo excludente de política migratória. Refletem o papel e a importância dos Serviços Sociais Gerais, explicando que os mesmos não podem ser influenciados por discursos xenófobos. O texto resulta de uma pesquisa ação-participativa, na qual os autores buscam conhecer os problemas que atormentam os migrantes que vivem e residem no Alto Turia, ao mesmo tempo em que empreendem esforços em entender as necessidades da população em relação aos setores de trabalho.

O último artigo Necesidades Socio-sanitarias en Personas con Enfermedades Raras en Iberoamérica, de Gloria Pino-Ramírez, Juan Carrión Tudela e Enrique Pastor Seller, traz resultados de pesquisas sobre o atendimento de pessoas com enfermidades raras, que apresentam patologias de baixa incidência, ma ameaçam a vida. Os autores abordam estudam que analisam aspectos que interferem no processo da enfermidade rara, dentre esses especifica o contexto social, o sistema sócio-sanitário e as formas de prevenção, tratamento, diagnóstico e reabilitação. Enfatizam a necessidade do uso das estudos para a proposição do acompanhamento aos enfermos, a programas de qualificação para os profissionais, criação de registros e serviços de informação e orientação, possibilitando o conhecimento da realidade em nível regional e nacional, bem prestar assistência as pessoas afetadas em suas necessidades sociais e de saúde.

O livro Minorias no Brasil e na Espanha: atores, desafios e políticas apresenta relevante contribuição a professores, profissionais e estudantes por trazer textos que

apresentam pesquisas no campo educacional em diálogo com outras áreas do conhecimento, como vimos a partir das sínteses dos artigos apresentados. É uma obra que nos faz refletir a humanidade e o mundo, as problemática sobre os binômios inclusão/exclusão, igualdade de direitos/desigualdade social e sua relação com os processos de discriminação e o preconceito, mas também a busca pela cidadania. Assim, nos mostra os contextos sociais do Brasil e da Espanha e como a academia desenvolve e se preocupa com as temáticas abordadas.

A leitura do mesmo é um convite para quem busca pensar num mundo mais inclusivo. Que as vozes, as cores, as lutas, as formas de ser e estar no mundo permita a cada um repensar a si mesmo, ao outro e ao mundo que habita. Pois, educar, educar-se é uma ação humana. Ela nos atravessa e nos desloca para que sejamos mais, um ser mais como nos lembra Paulo Freire.

Em nossa atualidade, no Brasil e, acreditamos no mundo, esta obra torna-se importantíssima porque desenvolve temáticas indispensáveis para a nossa compreensão e reflexão de mundo e também como contribuição para a produção do conhecimento. Por isso, indicamos a experiência que tivemos, fazendo um convite a ler, refletir, e, sobretudo, rever pensamentos e práticas no caminho de aprendizagens e de formação. Professores, professoras, estudantes da graduação e pós-graduação, o tempo presente exige... sejamos corajosos.